



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/20__

CONTRATADA:

A **COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER**, sociedade de economia mista, com sede na Rua Melvin Jones, nº 219, São Pedro, na cidade de Boa Vista, Roraima, CEP 69.306-610, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 05.939.467/0001-15, neste ato representada pelo Diretor Presidente, **JAMES DA SILVA SERRADO**, em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro, **MÁRCIO RODRIGO MESQUITA DA SILVA**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, em _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ (*nome e função na empresa*), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da **LICITAÇÃO PELO RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO**, na forma, **PRESENCIAL**, sob o nº ____/20__, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA ARMADA, A SEREM EXECUTADOS DE FORMA CONTÍNUA, NA GUARITA DA SEDE DA CAER, ÁREA COMERCIAL DA SEDE DA CAER, LAGOA DE ESTABILIZAÇÃO E ELEVATÓRIA - BAIRRO RAIAR DO SOL**, nas condições estabelecidas no Edital.

1.2. O objeto da Contratação:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

ITEM	LOCALIZAÇÃO DOS POSTOS	TIPO DE VIGILÂNCIA	NÚMERO DE VIGILANTES POR POSTO		ÁREA (M²)	NÚMERO DE POSTOS
			DIURNO	NOTURNO		
01	Guarita da sede da CAER pela Av. Santos Dumont – São Pedro	Armada	1	2	20.785	1
02	Área Comercial da CAER Rua Melvin Jones, 219 – São Pedro	Armada	1	-	-	1
03	Lagoa de estabilização – Igarapé Grande	Armada	2	2	20.785	2
04	Elevatória – B. Raiar do Sol (BR 174)	Armada	-	1	650	1
TOTAL			4	5	-	5

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação:

- 1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.2. O Edital de licitação, a Adjudicação e a Homologação da contratação;
- 1.3.3. A Proposta da Contratada;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência inicial da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ter sua vigência renovada por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA - RENOVAÇÃO CONTRATUAL

3.1. Os contratos poderão ser renovados, observando-se o artigo 200 do RILC.

CLÁUSULA QUARTA - MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

4.1. A gestão e fiscalização do contrato dar-se-á em conformidade ao Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos desta Companhia, por gestor e fiscal nomeados através de portaria pela autoridade competente pela contratação.

4.2. A fim de estabelecer comunicação a respeito das necessidades da Companhia e execução do contrato, a contratada, obrigatoriamente, indicará preposto devidamente procurado, aceito pela administração, mantendo o contato através apenas de e-mail e telefone institucional, nos termos do Código de Conduta desta Companhia, com disponibilidade para ser interlocutor entre as partes, que receberá as demandas e reclamações da CAER, acompanhará e fiscalizará a execução do objeto, anotará ocorrências e tomará medidas para o saneamento de eventuais falhas.

5.3. O gestor e o fiscal realizarão relatórios durante toda a execução do contrato, incluindo fotográficos, caso solicitado, para atestar a execução dos serviços realizados pela contratada dentro das condições contratuais estabelecidas.

CLÁUSULA QUINTA - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. DOS HORÁRIOS E LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1.1. Guarita da sede da CAER pela Av. Santos Dumont – São Pedro

a) Os serviços deverão ser prestados diariamente, com carga horária de 12x36 horas semanais distribuídas de acordo com a demanda definida pela CAER, respeitadas a legislação trabalhista vigente e a convenção coletiva da categoria. Com os horários previstos das 6:00 às 18:00, no período diurno será somente nos finais de semanas e feriados, no período noturno, podendo haver alterações a critério da Contratante.

b) A quantidade de vigilante por posto, obedecerá as especificações estabelecidas no item 1.2.

5.1.2. Área Comercial da CAER Rua Melvin Jones, 219 – São Pedro

a) Os serviços deverão ser prestados diariamente, com carga horária de 12x36 horas semanais distribuídas de acordo com a demanda definida pela CAER, respeitadas a legislação trabalhista vigente e a convenção coletiva da categoria. Com os horários previstos das 6:00 às 18:00, no período diurno, podendo haver alterações a critério da Contratante.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

b) A quantidade de vigilante por posto, obedecera as especificações estabelecidas no item 1.2.

5.1.3. Lagoa de estabilização – Igarapé Grande

a) Os serviços deverão ser prestados diariamente, com carga horária de 12x36 horas semanais distribuídas de acordo com a demanda definida pela CAER, respeitadas a legislação trabalhista vigente e a convenção coletiva da categoria. Com os horários previstos das 6:00 às 18:00, no período **diurno** e das 18:00 às 06:00 no período **noturno**, podendo haver alterações a critério da Contratante.

b) A quantidade de vigilante por posto, obedecerá as especificações estabelecidas no item 1.2.

5.1.4. Elevatória – B. Raiar do Sol (BR 174)

a) Os serviços deverão ser prestados diariamente, com carga horária de 12x36 horas semanais distribuídas de acordo com a demanda definida pela CAER, respeitadas a legislação trabalhista vigente e a convenção coletiva da categoria. Com os horários previstos das 18:00 às 06:00 no período **noturno**, podendo haver alterações a critério da Contratante.

b) A quantidade de vigilante por posto, obedecerá as especificações estabelecidas no item 1.2.

CLÁUSULA SEXTA - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1.1. Permitir o ingresso nas dependências internas somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas, devendo os responsáveis pela vigilância anotar nos devidos livros de registro, horário da entrada e saída.

6.1.2. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas dependências, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre a cancela abaixada e/ou portão fechado.

6.1.3. Repassar para o(s) vigilante(s) que estão assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas dependências e suas mediações.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

6.1.4. Para a manutenção da segurança física dos funcionários e usuários externos, e a segurança patrimonial da companhia, deve-se empregar ações preventivas visando a manutenção da ordem social e a tranquilidade das atividades da instituição. As ações tornar-se-ão repressivas apenas na medida em que, atos atentatórios tornarem-se iminentes, colocando em risco a vida ou o patrimônio, exigindo uma pronta resposta dos elementos de segurança.

6.1.5. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, bem como o responsável pelo posto qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

6.1.6. Manter afixado no posto em local visível, o número de telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para melhor desempenho das atividades.

6.1.7. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida do preposto da CONTRATANTE, bem como as que entenderem oportunas.

6.1.8. Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da CONTRATANTE, facilitando, no possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.

6.1.9. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar.

6.1.10. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela CONTRATANTE.

6.1.11. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao responsável pela Unidade/CAER, no caso de desobediência.

6.1.12. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos servidores e das instalações.

6.1.13. Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

- 6.1.14.** Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida do preposto da CONTRATANTE, verificando todas as instalações, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade.
- 6.1.15.** Assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpo e com aparência pessoal adequada, devendo estar 10 (dez) minutos antes no posto e de posse de acessórios, tais como lápis ou caneta, bloco de papel, apito, cassete, arma, e com os devidos itens de segurança e proteção pessoal.
- 6.1.16.** Manter-se no posto, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados e cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.
- 6.1.17.** Receber de maneira polida e educada o cliente da CONTRATANTE, informando-o para que se dirija à sede da companhia e, quando for o caso, prestar-lhe informações, orientá-lo, desde que tenha plena convicção.
- 6.1.18.** Impedir a saída de volumes e materiais sem a devida autorização.
- 6.1.19.** Hastear e arriar, as Bandeiras Nacional, da CAER e do Estado e, do Município, quando for o caso.
- 6.1.20.** Ficar à cargo da Contratada, nos plantões de 24h, a definição dos horários de início e término de cada turno (DIURNO e NOTURNO).
- 6.1.21.** Impedir a colocação de cartazes ou faixas na área externa dos postos de vigilância, ofensivos à instituição, ou de qualquer natureza quando não autorizadas pela CONTRATANTE.
- 6.1.22.** Conferir, na assunção dos serviços, o bom estado da munição e do armamento, comunicando ao supervisor, de imediato, qualquer anormalidade.
- 6.1.23.** Manter a arma no coldre com o fecho de segurança atado, salvo em caso de ocorrência no serviço que justifique o saque.
- 6.1.24.** Reportar ao supervisor e relatar em livro próprio toda e qualquer situação em que a arma tenha sido retirada do coldre.
- 6.1.25.** Não fazer nenhum tipo de reparo ou alteração na arma e nas munições sob sua responsabilidade.
- 6.1.26.** Não substituir, em nenhuma hipótese, a munição recebida.
- 6.1.27.** Nunca brincar com a arma, manuseá-la desnecessariamente, entregá-la a outras pessoas, mesmo que qualificadas, salvo no caso de superior hierárquico para inspeção.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

6.1.28. Nunca repassar a arma carregada, desmuniciando-a, previamente, quando entregá-la ao seu sucessor.

6.1.29. Acompanhar, sempre que solicitado, os servidores da CAER, mediante prévia autorização da CONTRATANTE, de forma que, ao chegarem ou se retirarem do prédio, corram menos riscos.

6.1.30. Utilizar arma somente em legítima defesa própria ou de terceiros, depois de esgotados todos meios para solução de eventual problema, ficando sob sua inteira responsabilidade a decisão final de fazer ou não uso do armamento.

6.1.31. Oferecer segurança e suporte operacional aos recepcionistas e demais empregados e servidores que operam com atendimento ao público.

6.2. DOS UNIFORMES

6.2.1. A contratada deverá Fornecer uniformes e seus complementos aos vigilantes, conforme a seguir descrito, de acordo com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho:

- a) Calça.
- b) Camisa de mangas curtas e/ou compridas.
- c) Cinto de nylon.
- d) Sapatos e/ou botas.
- e) Meias.
- f) Quepe com emblema.
- g) Jaqueta de frio ou japona, se for o caso.
- h) Capa de chuva.
- i) Crachá.
- j) Revólver calibre 38.
- k) Cinto com coldre e baleiro.
- l) Munição calibre 38.
- m) Distintivo tipo broche.
- n) Livro de ocorrência
- o) Cassetete.
- p) Porta cassetete.
- q) Apito.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

- r) Cordão de apito
- s) Lanterna de 3 pilhas.
- t) Pilhas para lanterna.

6.3. ARMAMENTO

6.3.1. A contratada deverá fornecer as armas, munições e respectivos acessórios ao vigilante no momento da implantação dos Postos.

6.3.2. A arma somente poderá ser utilizada em legítima defesa própria ou de terceiros e na salvaguarda do patrimônio da CONTRATANTE, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO DE EXECUÇÃO

7.1. A contratada deverá dar início aos serviços no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - LOCAL DE EXECUÇÃO

8.1. A contratada designará os serviços nos postos da Guarita da sede da CAER pela AV. Santos Dumont – São Pedro, Área Comercial da CAER Rua Melvin Jones, 219 – São Pedro e nos postos da Lagoa de Estabilização - Igarapé Grande (Bairro São Bento) e Elevatória - Bairro Raiar do Sol (BR 174).

CLÁUSULA NONA - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

9.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

9.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

9.3. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais designados, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar se todas as obrigações foram sanadas.

9.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo.

9.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor .

9.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Instrumento Contratual e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1. Não há a necessidade de promover transição contratual para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PREÇO

12.1. O Valor Global deste Contrato é de _____ (_____), conforme Proposta da CONTRATADA.

12.2. A CAER pagará à CONTRATADA pelo objeto mencionado na cláusula primeira deste contrato, efetivamente entregue, o valor constante na Proposta da CONTRATADA.

12.3. No Valor Global mencionado no subitem 12.1, estão incluídas todas as despesas com mão de obra, equipamentos, materiais, peças, manutenções, deslocamento de técnicos e diárias, obra civil fretes – CIF da localidade de execução dos serviços, carga e descarga, seguros, impostos, taxas, encargos, know-how, despesas diretas e indiretas e os custos diretos e indiretos, requeridos para a execução do(s) serviço(s), inclusive os decorrentes de troca deste(s), dentro do prazo de garantia, tudo de acordo com as especificações, demais documentos da licitação e a Proposta da CONTRATADA.

12.4. Quaisquer tributos, despesas diretas e indiretas e custos diretos e indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos no desconto, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o(s) serviço(s) ser(em) executado(s) sem ônus adicionais.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1. A medição dos serviços ocorrerá através de boletim de medição, que será realizado pelo setor requisitante e constará a discriminação dos serviços realizados e valores para emissão de nota fiscal.

13.2. O boletim de medição constará nos autos do processo, juntamente com a nota fiscal, que será encaminhada à Gerência Financeira como critério para o pagamento.

13.3. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, que deverá conter o detalhamento do objeto executado, assim como deverá vir acompanhada dos documentos que comprovem a regularidade fiscal, nos termos do art. 239 do RILC/CAER, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER;

13.4. As certidões exigidas e entregues deverão estar válidas na data da apresentação da nota fiscal apresentada;

13.5. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento definitivo dos serviços;

13.6. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.7. Por se tratar de serviços que incluem mão de obra, a CAER poderá instituir os seguintes procedimentos:

13.7.1. Realizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, que serão depositados pela Administração em conta - depósito vinculada - bloqueada para movimentação, específica da seguinte forma;

- a) Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários e encargos, quando devidos;
- b) Parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias e encargos, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados.
- c) Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS;

13.7.1.1. Valores provisionados, somente serão liberados para o pagamento das verbas, nas seguintes condições:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

- a) Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido.
- b) Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- c) Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e
- d) Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

13.7.1.2. O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

13.7.2. Autorizar a Administração contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, para assegurar o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

13.7.3. Autorizar a Administração contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

13.8. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere. Pela própria administração, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - REPACTUAÇÃO

14.1. O valor consignado neste Termo de Contrato poderá ser repactuado, competindo CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculos e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE.

14.2. A repactuação respeitará ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários execução do serviço.

14.3. O interregno mínimo de (um) ano para primeira repactuação será contado:

14.3.1. Para os custos relativos mão de obra, vinculados data-base da categoria profissional: partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente época da apresentação da proposta, relativo cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

14.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

14.3.3. Para os demais custos, sujeitos variação de preços do mercado: partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

14.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data do início dos efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

14.5. O prazo para CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

14.6. Caso CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

14.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, uma nova repactuação



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de (um) ano, contado:

14.7.1. Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

14.7.2. Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

14.7.3. Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

14.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

14.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

14.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

14.11. CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

14.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

14.12.1. Quando repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

14.12.2. Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

14.12.3. As particularidades do contrato em vigência;

14.12.4. A nova planilha com variação dos custos apresentados;

14.12.5. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

14.12.6. Índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada;

14.12.7. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

14.13. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

14.13.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

14.13.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

14.13.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

14.14. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

14.15. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

14.16. prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

14.17. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

aditamento ao contrato.

14.18. A CONTRATADA deverá complementar a garantia a contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para repactuação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - REVISÃO CONTRATUAL

15.1. A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro do valor do contrato pode se dar a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que presentes os seguintes requisitos:

- I** – comprovação da ocorrência de evento extraordinário, futuro e incerto capaz de desequilibrar a equação econômico-financeira;
- II** - o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira deve ter ocorrido após a apresentação da proposta;
- III** - o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira não pode decorrer de culpa do Contratado;
- IV** – o efeito econômico provocado pelo evento extraordinário sobre a equação econômico-financeira deve ser substancial, de forma a restar caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do Contratado e a retribuição devida pelo Contratante;
- V** – restar demonstrado o necessário nexo de causalidade entre o evento extraordinário e a majoração ou redução dos encargos do Contratado que justifique a necessidade de recomposição da remuneração correspondente;
- VI** – o efeito econômico provocado pelo fato extraordinário deve restar demonstrado por meio da juntada aos autos do processo administrativo de planilha de custos e formação de preços ou outros documentos capazes de atestar o desequilíbrio provocado sobre a equação econômico-financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Prestar a CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços.

16.2. Notificar por escrito a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com o objeto do contrato, tais como, eventuais imperfeições durante sua vigência afixando prazo para sua correção.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

- 16.3.** Alocar os recursos orçamentários/financeiros necessários para cobrir as despesas de execução deste contrato.
- 16.4.** Exigir a qualquer tempo, da CONTRATADA, documentos que comprovem o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto deste Instrumento Contratual.
- 16.5.** Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados.
- 16.6.** Exigir cópia dos exames médicos – admissionais, demissionais e periódicos (Art. 168 CLT). Junto com a fatura mensal entregar os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.
- 16.7.** Realizar o provisionamento de valores, após autorizado pelo CONTRATADO, para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, que serão depositados pela Administração em conta vinculada específica da seguinte forma:
- 16.7.1.** Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos.
 - 16.7.2.** Parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados.
 - 16.7.3.** Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS.
 - 16.7.4.** Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.
- 16.8.** O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.
- 16.9.** Realizar, após autorizado pela CONTRATADA, o desconto nas faturas e fazer os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;
- 16.10.** Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.
- 16.11.** Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de

natureza grave.

16.12. Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes e efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

16.13. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para execução dos serviços, proporcionando todas as facilidades para que a CONTRATADA possa realizar os serviços de forma adequada.

16.14. Providenciar instalações sanitárias e local para refeições dos vigilantes da CONTRATADA. Disponibilização de local adequado para guarda dos equipamentos e acessórios.

16.15. Exigir da CONTRATADA, mediante notificação formal, independentemente de justificativa, a retirada imediata do preposto ou de qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios ao interesse da CAER, devendo sua substituição ocorrer no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas.

16.16. Inspecionar, obrigatoriamente, através do fiscal do contrato, no mínimo de 01 (uma) vez por semana, os postos em dias e períodos diurno e noturno, alternados.

16.15. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, bem como atestar na nota fiscal/fatura da efetiva execução dos serviços.

16.18. Proceder ao rigoroso controle de qualidade dos serviços.

16.19. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

16.20. Aplicar a adjudicatária às penalidades regulamentares.

16.21. Reter do pagamento os tributos e contribuições incidentes e devidos conforme legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a Vigilância Armada nos postos definidos oportunamente pela Contratante.

17.2. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal ou



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

acidente que se verifique no local dos serviços.

17.3. A CONTRATADA não poderá repassar os custos de qualquer um dos itens de uniforme e armamentos a seus empregados.

17.4. Apresentar à CONTRATANTE a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos "Registros de Arma" e "Porte de Arma" que serão utilizadas pela mão-de-obra nos postos.

17.5. Oferecer munições de procedência de fabricante autorizado, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas.

17.6. Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos Postos, nos regimes contratados, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

17.7. Apresentar atestado de antecedentes civil e criminal dos vigilantes oferecidos para atuar nas instalações da CONTRATANTE.

17.8. Efetuar a reposição de mão-de-obra nos Postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

17.9. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pelo CONTRATANTE, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retome às instalações da Contratante.

17.10. Não oferecer este contrato em garantia de operações de crédito bancário.

17.11. De Ordem Administrativa:

17.11.1. Deverá a CONTRATADA registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas.

17.11.2. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

17.11.3. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

17.11.4. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.

17.11.5. Ser a única empregadora de seu pessoal, utilizando-se somente de funcionários



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

devidamente registrados e apresentar à CAER cópia dos exames médicos – admissionais, demissionais e periódicos (Art. 168 CLT). Junto com a fatura mensal entregar os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, que devem ser compostos dos seguintes documentos, referentes ao mês anterior:

- a) Folha de Pagamento.
- b) Salários.
- c) Seguros de acidentes.
- d) Taxas, impostos e contribuições.
- e) Guia de recolhimento do FGTS devidamente quitada, com a Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP-RE.
- f) Guia de recolhimento do INSS devidamente quitada.
- g) Indenizações.
- h) Vale-refeição.
- i) Vale-transporte.
- j) Outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
- k) Relação dos empregados que atuam diretamente na execução dos serviços, contendo as seguintes informações: nome completo, RG, CPF, endereços, telefone, formação, cargo ou função exercida na empresa.

17.11.6. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o fim de constatar no local a efetiva execução do serviço e verificar as condições em que está sendo prestado.

17.11.7. Responsabilizar-se por seus empregados em decorrência dos serviços prestados, respondendo inclusive pela imediata indenização de danos por eles eventualmente causados.

17.11.8. Ser responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o acompanhamento pela CAER.

17.11.9. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução dos serviços objeto deste instrumento contratual.

17.11.10. Comunicar à Administração da CAER, por escrito, qualquer anormalidade de



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

caráter urgente, que presenciar ou tomar conhecimento prestando os esclarecimentos que julgar necessários.

17.11.11. Apresentar, mensalmente, e sempre que solicitada pela CAER, os comprovantes de pagamento de salários e benefícios dos empregados, de recolhimento dos encargos sociais e de regularidade junto ao Ministério do Trabalho - Delegacia Regional do Trabalho (por meio da apresentação dos recibos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, nos termos da Lei n.º 4.923/65);

17.11.12. Permitir a CONTRATANTE o acesso ao controle diário de frequência e as carteiras profissionais dos empregados alocados à execução do serviço contratado.

17.11.13. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.11.14. Informar à CAER, em até 48 (quarenta e oito) horas, qualquer substituição em seu quadro funcional utilizado na prestação dos serviços objeto deste Termo, ainda que de forma temporária. Esse empregado deverá atender ao perfil exigido pela CAER e somente poderá substituir o anterior após receber o treinamento necessário para o bom desempenho das suas funções.

17.11.15. Substituir de imediato os empregados entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

17.11.16. Registrar no livro de ocorrências e comunicar à CAER toda e qualquer irregularidade observada nos postos das instalações onde houver prestação dos serviços.

17.11.17. Manter sede, filial ou escritório nesta cidade de Boa Vista - RR, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários. A CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do Contrato, o cumprimento desta obrigação.

17.11.18. Providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, cartão cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, devendo ser observado o seguinte:

- a) Caso o empregado não deseje o acesso ao cartão cidadão, a CONTRATADA deverá apresentar relação dos seus funcionários que se enquadram nesta situação, na



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

qual conste assinatura comprobatória de que estes tomaram conhecimento dos benefícios de sua concessão e optaram por não o acessarem;

b) Caso não seja possível a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal, como na hipótese de o trabalhador ser cadastrado em programas de transferência de renda, a CONTRATADA deve apresentar as devidas justificativas, acompanhadas de comprovações do conhecimento do empregado acerca da situação.

17.11.19. Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade de Boa Vista - RR.

17.11.20. Fornecer aos seus empregados crachá (com foto 3x4) e fardamento padronizado (com identificação da firma) para identificação como prestadores de serviços e utilização obrigatória em campo durante a execução dos mesmos.

17.11.21. Cumprir e fazer cumprir todas as prescrições relativas às Leis de Trabalho, da Previdência ou correlatas em vigor no Brasil.

17.11.22. Autorizar a CONTRATANTE a realizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela Administração em conta vinculada e específica da seguinte forma:

- a)** Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos.
- b)** Parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados.
- c)** Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS.
- d)** Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

17.11.23. Os valores provisionados na forma do sub-item anterior, somente serão liberados para o pagamento das verbas de que trata e nas seguintes condições:

- a)** Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido.
- b)** Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

contrato.

c) Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato.

d) Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

17.11.24. O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

17.11.25. Autorizar a Administração contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

17.11.26. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o sub-item anterior, pela própria administração, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto a Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

17.11.27. A contratada deverá viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

17.11.28. A contratada deverá oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização.

17.11.29. Responsabilizar-se pela conduta e disciplina de seus empregados, exigindo deles postura ética adequada, máxima eficiência e qualidade na prestação dos serviços e no tratamento aos clientes da CAER, de forma a garantir a sua satisfação e, consequentemente, evitar reclamações posteriores.

17.11.30. Efetuar no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas as substituições porventura solicitadas oficialmente pela CAER, motivadas pelo não atendimento às condições e exigências por ela definidas neste Instrumento Contratual.

17.11.31. Manter um profissional qualificado, devidamente credenciado como seu



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

preposto, para proporcionar toda a assistência e facilidades necessárias ao relacionamento com a CAER durante a execução dos serviços.

17.11.32. Instruir seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração da CAER, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

17.11.33. Nos casos em que haja necessidade de ação judicial e, se necessária a instrução probatória, informar e dar as devidas orientações ao empregado, o qual deverá comparecer em juízo, como testemunha, se chamado a tanto, salvo se dispensado pela CAER.

17.11.34. Não reivindicar à CAER qualquer indenização por perdas, danos a bens de sua propriedade ou de terceiros sob sua responsabilidade.

17.11.35. Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento da contratação venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à CONTRATANTE ou terceiros.

17.11.36. Obriga-se pela saúde dos funcionários, encargos e obrigações de natureza trabalhista, acidentária, previdenciária, comercial e fiscal, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar de imediato, quando solicitado todo e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

17.11.37. É obrigação da CONTRATADA o fornecimento de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), bem como a utilização dos mesmos pelos seus funcionários.

17.12. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a) A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.
- b) A subcontratação para a execução do objeto deste contrato.
- c) A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado, há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.

17.13. A CONTRATADA comunicará, imediatamente a CONTRATANTE todas as ocorrências em desacordo com o solicitado, comunicar por escrito no e-mail institucional



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

dsg@caer.com.br, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgadas necessárias ao esclarecimento dos fatos.

17.14. Informar meios de comunicação, como número de telefone, endereço de localização da empresa e endereço do e-mail no ato da assinatura do contrato, dados importantes para a responsabilização correta de cada parte, como também para facilitar o contato entre os envolvidos durante a vigência do instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

18.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

18.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

18.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

18.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

18.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

18.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

18.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

18.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

18.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

18.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

18.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

18.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SANÇÕES

19.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

19.1.1. advertência;

19.1.2. multa moratória;

19.1.3. multa compensatória;

19.1.4. suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

19.2. As sanções previstas nos incisos **19.1.1.** e **19.1.4.** poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso **19.1.2.** e **19.1.3.**

19.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER;

19.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal;

19.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

25 de 29



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

19.6. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

19.7. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I. nas licitações em geral:

- a)** em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- b)** pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;
- c)** por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- d)** no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;
- e)** no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER;
- f)** no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

19.8. Ocorrendo infração contratual apenas com a sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

19.9. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

19.10. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

19.11. Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.

19.12. Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.

19.13. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19.14. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

19.15. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

19.16. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

19.17. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.

19.18. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.

19.19. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

19.20. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

20.1. As formas extintivas do contrato com as devidas condições, estão previstas nos arts. 247 a 249 do RILC/CAER.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

21.1. O encaminhamento de ofícios e documentos pela CONTRATADA deverá ser efetuado através do Protocolo Geral da CAER.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - FONTE E RECURSOS

22.1. A execução do objeto deste Contrato, correrá à conta do recursos financeiros próprios da CAER, sob: 43010.17122010.001.026/399/001.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CASOS OMISSOS

23.1. O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Federal nº 10.406/2002, Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC e o Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

24.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 203 a 210 do RILC.

24.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

24.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do contratante.

24.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

25.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FORO

26.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si e seus sucessores em 03 (três)

28 de 29



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nomeadas, que também assinam, dando-lhe, para efeitos legais.

Boa Vista - RR, _____ de _____ de 2024

PELA CONTRATANTE:

JAMES DA SILVA SERRADOR

Diretor Presidente

MÁRCIO RODRIGO MESQUITA DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro

PELA CONTRATADA:

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF : _____

2. _____ CPF : _____